

O PROBLEMA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E DOS DIVERSOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES BRASILEIRAS

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

1 — *Geografia e desenvolvimento*

O problema do crescimento econômico e do estabelecimento de critérios para aferição dos vários níveis de desenvolvimento econômico no mundo, vem preocupando aos mais diversos e variados especialistas das ciências sociais — sociólogos, economistas, antropólogos, estatísticos, demógrafos e geógrafos. Isto porque, mesmo sem sermos deterministas, temos de reconhecer que há uma influência das condições geográficas — posição, relêvo, clima, sistemas de povoamento, sistemas de exploração da terra, localização do complexo industrial, arcabouço urbano, rede de transportes, etc. — sobre o desenvolvimento econômico. Necessário se faz, assim, a participação dos geógrafos nos estudos preliminares de diagnóstico, nos estudos de prospecção para o futuro próximo e até mesmo nos trabalhos de planificação e de execução dos planos de desenvolvimento regional.

Mas como distinguirmos o desenvolvimento do sub-desenvolvimento? Como caracterizarmos um país como sub-desenvolvido em um mundo em que, sabemos, dois terços de sua população se encontram em estágios considerados como de sub-desenvolvimento e apenas um terço nos de desenvolvimento? E como estabelecermos critérios para distinguir os vários estágios em que se acham os países sub-desenvolvidos?

Vários são os conceitos de sub-desenvolvimento. Assim, para o economista americano Eugene Staley (1) “os países sub-

desenvolvidos são aquêles que se caracterizam: 1) por pobreza crônica da massa do povo e não por pobreza conseqüente de algum infortúnio passageiro; e 2) por métodos obsoletos de produção e organização social, significando isto que a pobreza do país não se deve inteiramente a recursos naturais e que suas dificuldades poderiam ser presumivelmente reduzidas se fôsem usados métodos já experimentados em outros países". Para o geógrafo francês Y. Lacoste (2): "Fundamentalmente, o sub-desenvolvimento pode se definir, em um país determinado, como um estado devido à distorsão durável entre um crescimento demográfico mais ou menos forte e um relativamente fraco crescimento de recursos. A situação do sub-desenvolvimento pode então ser objetivamente constatada em um determinado país, sem recorrer à comparação, com outros países, às vezes distantes, que não têm correlações concretas com o caso estudado". Ainda, de acôrdo com "definição proposta pela Comissão das Nações Unidas para um país desenvolvido, pode dizer-se que o sub-desenvolvimento econômico implica na utilização insuficiente dos recursos, relativamente ao nível de conhecimentos atingidos com respeito àquela utilização. Em outros termos o maior ou menor aproveitamento das potencialidades do país marcará o seu grau de subdesenvolvimento" (3).

Assim, o sub-desenvolvimento, embora se apresente em estágios bem diversos na superfície da terra, com características próprias em várias áreas, possui uma série de características comuns que equacionadas fornecem aos cientistas sociais os índices necessários a sua caracterização. O Brasil apesar de sua extensão territorial, de sua elevada população absoluta, de suas numerosas grandes cidades, dos recursos de que dispõe e do estágio de desenvolvimento de sua indústria, é considerado por todos os cientistas que o estudaram sob êste prisma como país sub-desenvolvido. Não quer isto dizer que êle se coloque ao lado dos países menos desenvolvidos do mundo, de vez que se acha neste grupo em um dos estágios que já obtiveram um certo desenvolvimento, possuindo uma produção agrícola ponderável e uma indústria em ascensão. Entretanto ainda não tem condições para oferecer aos seus filhos uma quantidade de empregos a altura da demanda, donde a baixa renda "per capita",

o desemprego e a mendicância. Também é insuficiente a alimentação necessária aos seus filhos, donde a sub-nutrição, o baixo nível sanitário e educacional assim como a pequena esperança de vida de sua população.

São vários os índices usados pelos cientistas sociais para avaliar os níveis de desenvolvimento. Entre êstes podemos salientar:

a) — a "renda per capita", de vez que há uma muito desigual distribuição de "renda per capita" entre os vários países. Podemos em linhas gerais considerar como baixas as rendas "per capita" inferiores a 500 dólares por habitante-ano. Dentro dêste critério, veremos, então, que a "renda per capita" brasileira está em crescimento — de 46 dólares em 1938 elevou-se para 152 em 1954 (4) para ultrapassar os 250 dólares em 1957 (5). Êste crescimento, porém, não é dos mais promissores, pois em 16 anos, de 1938 a 1954 — foi multiplicada três vezes, enquanto a dos Estados Unidos no mesmo período foi multiplicada por mais de três e meio — de 512 dólares para 1847 — apesar de ser já, em 1938, mais de dez vezes maior que a nossa. O Canadá e a Venezuela multiplicaram quatro vezes essa renda no mesmo período. Uma análise ligeira do problema nos indica ainda que muitos países sub-desenvolvidos têm renda superior à nossa como a Costa Rica, a Malásia, a Colômbia, a Indonésia, a Bulgária, a Romênia, a Hungria, a República Sul Africana, a Argentina, Cuba e até o Panamá e Surinam (6.) Alguns países monoprodutores, em larga escala, de um produto altamente valorizado como o petróleo — Venezuela e Koweit — e que têm pequena população, apresentam em geral uma elevada "renda per capita", embora sejam sub-desenvolvidos se a êles aplicarmos outros índices de aferição. Nestes países, geralmente, o dinheiro oriundo do produto de exportação é malbaratado em obras suntuosas, obras de fachada, não contribuindo para a solução dos problemas da população. Assim, além de nossa "renda per capita" ser baixa o seu ritmo de crescimento é inferior ao dos países desenvolvidos e de alguns sub-desenvolvidos, fazendo com que as distâncias aumentem cada vez mais. Aliás, isto é consequência lógica do fato de estarmos sempre a exportar alimentos e matérias primas,

produtos cujos preços estão se deteriorando cada vez mais no mercado internacional.

Como nos demais países sub-desenvolvidos, a população brasileira cresce de forma assustadoramente rápida, numa proporção de quase 3% ao ano, proporção que é suplantada apenas por países de muito baixo desenvolvimento industrial como o Sudão, na África, o Irã, Formosa, a Síria, a Malásia, na Ásia e alguns países latino-americanos como Honduras, Guatemala, República Dominicana, Salvador e Nicaragua, assim como Jamaica e Surinam (7). Tão alto crescimento demográfico é o resultado, naturalmente, de uma mais eficiente política sanitária que aumenta a média de vida da população, como também da existência de uma alta percentagem de população rural, de baixo nível cultural que não conhece e não aplica os processos anti-conceptivos, ou melhor, o controle de natalidade.

Excessivamente alta é ainda a taxa de analfabetos existentes no país, ultrapassando os 50% da população adulta, isto apesar das campanhas de alfabetização de adultos e das mais variadas tentativas de combate ao analfabetismo. Até países como o Paraguai, o Sião, o Ceilão, o Equador, e a República Dominicana possuem neste setor posição melhor que a nossa. Inferior ao Brasil só mesmo alguns países como a Bolívia, a Síria, a Turquia, a Malásia, o Haiti, o Egito, a Indonésia, os jovens países da África ou este continente de problemas para-insolúveis que é a Índia (8).

Quanto ao regime alimentar médio — pouco mais de 2.500 calorias por habitante — o Brasil está em condições pouco lisongeiros, em situação equivalente a Portugal, Gana e Honduras, inferior à Grécia, à Espanha, ao Peru e até à Etiópia (9). Apesar destas inferiores condições alimentares e das deficiências de abastecimento, possui o Brasil cerca de 60% de sua população ativa dedicada às atividades agrícolas. Aliás, uma das características do mundo sub-desenvolvido é que embora tendo uma alta percentagem de população ativa dedicada às atividades agrícolas, estas, devido às condições inferiores de produção e à baixa produtividade, apresentam uma produção inexpressiva face aos países industrializados que fazendo agricultura moderna, produzem com apenas vinte ou vinte e cinco

por cento de sua população ativa, alimento suficiente para a população urbana e para a exportação. Os Estados Unidos, por exemplo, têm tão alta produção agrícola que um dos seus grandes problemas é colocar no mercado internacional, às vezes por preços inferiores, os excedentes que, estocados, iriam acarretar grandes despesas e problemas de espaço para armazenamento.

Ainda é baixo o índice de utilização de energia por habitante-ano (10), sendo inferior na América Latina a do Chile e a do México, países que têm "renda per capita" inferior à nossa. Isto apesar de nos últimos vinte anos se vir intensificando o aproveitamento dos nossos recursos hidro-elétricos — construção das usinas de Paulo Afonso, Furnas, Peixoto, Três Marias, etc. —, organizando-se a produção e a refinação do petróleo e se ampliando a produção de carvão. Ainda temos muito que caminhar para obtermos um razoável consumo de energia elétrica e, conseqüentemente, condições de vida mais elevadas.

Se fizermos uma comparação em dólares entre o volume do comércio exterior e o número de habitantes, em um ano, vemos que, devido à deterioração do preço dos nossos produtos básicos de exportação — café, cacau, algodão, minérios de ferro e manganês, etc. —, o nosso índice é baixíssimo, inferior a cinco dólares, sendo suplantado por países bem menos importantes que o nosso como a Bolívia, o Peru, o Chile, a Guatemala, o Salvador e a Costa Rica na América Latina, Gana, Marrocos, Tunísia e Argélia na África, Portugal e Grécia na Europa e Ceilão, Síria, Líbano e Iraque na Ásia (11).

Vemos assim, da combinação destes índices de mensuração, que o nosso país apesar de sua alta produção agrícola, de possuir um relativo desenvolvimento industrial e uma das dez maiores populações do mundo, tem condições econômicas débeis que às vezes os iguala a países de pequena expressão territorial e populacional. Formamos com a Índia e a China os três grandes países sub-desenvolvidos do mundo, países de dimensões e de problemas quase continentais. Realidade que indica ser difícil nos tornarmos uma grande potência dos fins do século XX, como afirma Pimentel Gomes (12) se a nossa economia e, em consequência, a nossa organização social não sofrerem nos próximos anos um processo de acelerada dinamização. Dinamiza-

ção que quebrando velhas estruturas, gere estruturas novas mais consentâneas com o desenvolvimento do mundo.

Como se vê, o conceito do sub-desenvolvimento não é um conceito abstrato, que possa ser aplicado a qualquer país através de um critério único ou mesmo de um jogo de critérios. Ele tem fortes implicações geográficas embora não possamos concluir pela existência de um determinismo geográfico em relação ao desenvolvimento econômico. Podemos, porém, afirmar ser necessário um profundo conhecimento geográfico de um país ou de uma região, um sério estudo de síntese que diagnostique em seus múltiplos setores a realidade existente para daí se poder fazer prospeções para o futuro (13) e baseado nestas prospeções, nas perspectivas e tendências de crescimento, organizar os planos de curto prazo. Estudo básico que diagnostique as possibilidades de exploração dos recursos naturais; a população com sua estrutura e suas tendências de crescimento, assim como sua distribuição geográfica; os estágios e a capacidade de evolução das atividades agrícolas e pecuárias; as condições e possibilidades de desenvolvimento da industrialização; a racionalização da comercialização dos produtos, tanto face ao mercado interno como ao externo; a organização, dentro de um plano de integração nacional, da rede de transportes marítimos, fluviais, terrestres e aéreos; a interligação entre as cidades a fim de que se forme um autêntico arcabouço urbano. Com estudos deste tipo, globais, contariam os planejadores com um documento básico que os aproximariam da realidade existente e o libertariam na medida do possível dos preconceitos profissionais e das teorizações doutrinárias. Teorizações doutrinárias que têm grande importância, que são necessárias, mas que devem deixar ao técnico a maleabilidade necessária à aproximação entre a teoria e os fatos, entre o ser e o dever ser, entre o possível e o desejável.

Baseado nestas considerações e idéias é que escrevemos este artigo no qual procuraremos retratar o Brasil em suas facetas, em seus aspectos variados em suas regiões bem diversificadas pelas condições naturais e pelos estágios de desenvolvimento que estão a necessitar de um plano geral de desenvolvimento que seja o resultado de uma série de planos regionais específicos e

bem entrosados. Que procure solucionar os problemas imediatos, sem esquecer as implicações destas soluções sobre o futuro. Em linhas gerais, vemos que o país possui uma região desenvolvida — o Sudeste —, uma região em desenvolvimento — o Sul —, uma região de povoamento antigo mas esclerosada — o Nordeste — e três regiões novas que só recentemente se encontram em fase de verdadeira ocupação, apresentando ainda uma densidade demográfica muito baixa — o Norte, o Meio-Norte e o Centro-Oeste. É necessário portanto manter o ritmo de desenvolvimento do Sudeste, acelerar o do Sul, quebrar os fatores que esclerosam o Nordeste a fim de que ele se desenvolva e incentivar, dirigindo racionalmente as conquistas das terras novas, disciplinando o povoamento e o crescimento econômico do Norte, do Meio Norte e do Centro-Oeste.

Este problema das diversificações regionais é encontrado tanto nos países grandes como nos médios e até nos pequenos; tanto nos sub-desenvolvidos como nos desenvolvidos. Assim, há nos próprios Estados Unidos, regiões altamente desenvolvidas como o Nordeste e a Califórnia ao lado de regiões de economia esclerosada como o chamado “Velho Sul” e novas como certas áreas do Centro e do Oeste. O mesmo ocorre em velhos países como a França em que as regiões agrícolas como a Bretanha, o Sudoeste e o Causses se despovoam em benefício de Paris, do Norte e do Leste altamente industrializados. O mesmo ocorre na União Soviética em que há grande contraste entre as regiões bem povoadas e industrializadas da Ucrânia, da bacia do Donetz e da região de Moscou, e as terras novas dos Urais, da Ásia Central e da Sibéria. Até em países pequenos estes desníveis são bem sentidos como em Israel em que o Norte — a Galiléia — que possui condições naturais favoráveis foi rejuvenescido após a imigração judia e a formação do Estado Judeu e apresenta níveis econômicos elevados e o Sul — o Neguev — onde se abre uma nova fronteira econômica graças à planificação e à utilização de técnicas necessárias à conquista do deserto, à sua integração no todo nacional. Daí o surgimento e o desenvolvimento nas universidades européias de uma nova disciplina, o “Aménagement du Territoire”, — termo de difícil tradução, — que procura estudar os desníveis de desenvolvimento regional e

apontar os processos capazes de dinamizar as regiões atrasadas a fim de conciliar o desenvolvimento regional com o nacional — evitando as grandes diferenças de níveis de desenvolvimento em um mesmo país — e possibilitando uma coordenação entre as medidas a curto prazo com as necessidades a longo prazo. Em conjunto, racionalizar o desenvolvimento em suas relações com o espaço e o tempo (14).

2 — *O Brasil e a possibilidade de uma política de "aménagement du territoire"*

No Brasil as diferenças de desenvolvimento regional são bem patentes, constituindo, faz muitos anos, uma preocupação dos seus estudiosos e administradores. Daí a criação de vários órgãos dedicados à planificação do desenvolvimento regional como a Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Comissão do Vale do São Francisco, a Comissão Inter-Estadual da Bacia Paraná-Uruguaí, etc. Comissões e autarquias que têm as vezes competência em uma mesma área e que são ora mais e ora menos dinâmicas; que trabalham isoladas umas das outras sem pensar em uma coordenação que vise o desenvolvimento harmônico do todo nacional. As experiências de planejamento global, como o Plano Trienal (15), não tiveram aplicação, não havendo assim uma coordenação entre os vários planos regionais e a integração dos mesmos face ao todo nacional.

Ora, como demonstramos em páginas anteriores o Brasil é, do ponto de vista econômico e cultural, levando-se em conta as grandes regiões e as sub-regiões, um conjunto de manchas que se distanciam umas das outras não só no espaço como no tempo; não apenas léguas, mas também dezenas de anos ou até séculos separam estas várias áreas. Assim, quanta distância há no tempo e no espaço entre São Paulo e Guanabara, de um lado, e o interior do Piauí, do Maranhão, de Goiás e da Amazônia do outro? Em uma menor escala entre o Recife e Salvador e o Sertão baiano ou pernambucano? E quais as implicações destas divergências nos dias de hoje em que o rádio e o caminhão ligam

os lugares mais distantes? Quais as consequências sobre os grandes problemas nacionais?

Quanto à industrialização, um grande problema é o do pequeno desenvolvimento de nossa indústria para atender a uma população de mais de 80 milhões de habitantes. Mas a este problema se liga um outro, o de se concentrar esta indústria no Sudeste, dando a esta região poderes e condições econômicas que garantiriam a colonização do resto do país por ela. Distorsão econômica que pode acarretar sérios problemas políticos e que necessita ser corrigida, numa política bem orientada a curto e médio prazos. Assim, pode-se corrigir as migrações internas que dificultam as áreas sub-desenvolvidas em benefício das desenvolvidas, oferecendo trabalho e elevando as condições de vida na área de repulsão de emigrantes.

A diversificação entre métodos utilizados na agricultura e na pecuária, a área ocupada pelos mesmos e o número de pessoas que nelas trabalham é outro aspecto a merecer consideração, sobretudo sabendo-se as suas implicações sobre a produção e a produtividade. Para se ter idéia da diferença de níveis técnicos na agricultura, basta salientar que 44,2% dos tratores e 27,7% dos arados existentes no Brasil — respectivamente 28,101 em 63.493 e 286.580 em 1.031.930 — estão em São Paulo, sendo este Estado, conseqüentemente, o que possui maior e mais equilibrada produção agrícola — primeiro produtor nacional de algodão, amendoim, banana, batata inglesa, cana-de-açúcar, laranja, milho, tomate, etc. —. O Rio Grande do Sul, nosso segundo Estado em produção agrícola, possuía em 1963 16.675 tratores — 26,4% dos tratores do país — e 440.467 arados, ou seja 42,7% do total nacional. Em consequência, ele é o maior produtor nacional de arroz, aveia, batata-doce, cebola, cevada, fumo, mandioca, soja, trigo e uva. Além disto, a produtividade média obtida no país, em geral, é baixa, tanto no que diz respeito às culturas comerciais, de exportação, como àquelas destinadas ao abastecimento interno. Na Tabela n.º I colocamos, para ilustrar esta afirmativa, a área cultivada e a produção de algumas das principais culturas do país.

TABELA N.º I

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PRODUTIVIDADE
NO BRASIL, 1963

Cultura	Área cultivada (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg por ha)
Algodão	3.553.746	1.956.895	550
Arroz	3.721.800	5.740.065	1.542
Cacau	469.644	143.945	306
Café	4.286.129	3.301.054	770
Cana-de-açúcar ..	1.509.011	63.722.895	42.220
Feijão	2.982.436	1.942.364	651
Fumo	250.402	206.806	825
Mamona	307.187	239.860	780
Mandioca	1.617.810	22.248.267	13.752
Milho	7.920.365	10.418.267	1.315
Trigo	793.494	392.363	494

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil — 1964

A Tabela mostra que as culturas que ocupam maiores espaços são o milho, o café, o arroz, o algodão, o feijão, a mandioca e a cana-de-açúcar. Assim, salientam-se pela extensão da área ocupada — mais de um milhão de hectares —, algumas culturas alimentícias e outras industriais, bem como espécies destinadas ao consumo do país e outras destinadas à exportação. De um modo geral, a produtividade é baixa, podendo ser ampliada se a agricultura passar a ser feita de forma intensiva, por processos mais racionais. Apenas para exemplificar, vemos como é baixa a produtividade do arroz, em que o Brasil produz 1.542 kg por hectare, enquanto o Japão produz 4.130 e a China 2.530. A nossa produtividade equipara-se à de países como a Birmânia — 1540 kg por ha. — e a Indonésia — 1580 kg. por ha. —, superando a Índia — 1.180 kg por ha — e a Tailândia — 1.290 kg por ha.

Quanto ao milho, a nossa produção de 1.315 kg por ha é bastante razoável frente à dos grandes produtores latino-ameri-

canos como o México — 760 kg. por ha. — Colômbia — 1.200 — e Argentina — 1.510 — sendo porém pequena frente aos Estados Unidos que obtêm 2.540 kg por ha. ou mesmo o Egito com 2.080 (16).

Quanto à pecuária, apesar de possuímos rebanhos que correspondem aos mais numerosos do mundo, vimos que os sistemas de criação são extensivos, não apresentando por conseguinte alta produtividade senão em certas áreas das regiões Sudeste e Sul.

Se há, assim, uma desorganização da vida rural, há também da vida urbana. As duas principais cidades do país — Rio de Janeiro e São Paulo situadas a pouco mais de quinhentos quilômetros uma da outra e nas proximidades do litoral, concentram em suas aglomerações cerca de 10% da população do país. As cidades de mais de quatrocentos mil habitantes — Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre — localizam-se, com exceção da capital mineira, no litoral ou próximo a êle. Quanto à localização regional destas oito grandes cidades, vemos que o Norte possui uma, o Nordeste três, o Sudeste três e o Sul uma, enquanto o Meio-Norte e o Centro-Oeste não possuem nenhuma.

Exceto no Sudeste, onde São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte se comunicam largamente entre si e com outras cidades médias e grandes da própria região, do Sul e do Centro-Oeste por rodovias asfaltadas, por estradas de ferro e por dezenas de aviões diários, formando uma moderna rede urbana, as outras, que são metrópoles regionais, estão mais ou menos isoladas em suas regiões.

Belém comanda a vida da Região Norte através de sua imensa rede fluvial e por estradas na chamada região bragantina. No Nordeste, o Recife, auxiliado por centros menores, irradia a sua influência por Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sul do Ceará e do Piauí, disputando com Fortaleza que domina quase todo o Ceará, o Piauí e parte do Maranhão. Salvador exerce influência no território baiano e grande parte de Sergipe disputando áreas à influência do Recife no Norte de Sergipe e no alto sertão de Pernambuco — Petrolina —. No Sul, Porto Alegre é a verdadeira metrópole do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, levando a sua influên-

cia até o Paraná onde Curitiba tenta conquistar economicamente o território do Estado de que é Capital, à Capital gaúcha e à punjante metrópole paulista.

Necessário se faz a modificação dos nossos sistemas de transporte, o aparelhamento dos portos e a reorganização da marinha mercante, a fim de que o país deixe de ser um arquipélago econômico-social e cultural e se integre numa unidade econômica. Unidade econômica que complementa a política, conquistada no século passado com a Guerra da Independência e com a vitória do Governo Regencial sobre os vários movimentos regionais de orientação separatista — Cabanagem, Balaiada, Sabinada, etc.

As nossas estradas de ferro na maioria das regiões continuam sendo meras estradas de penetração, construídas com o fito de exportar as riquezas do país e não de integrá-lo, como ocorre com a São Luís-Teresina, com a Central do Piauí, com a Rede Ferroviária do Nordeste, com a Leste do Brasil, etc. Novas ferrovias deveriam ser construídas facilitando não só o escoamento da produção para os portos como também interligando as várias áreas do país a fim de que se impeça o isolamento de vastos setores do território nacional.

Nada pode ser feito também sem a elevação do nível sanitário e técnico-profissional da população do país, vez que o problema humano é o principal problema a ser resolvido. Sem a sua solução não se pode obter a solução de qualquer outro problema (17).

Para equacionar todos estes fatores a fim de conhecer as tendências de crescimento da nossa economia e os pontos críticos que ela deve apresentar, necessário se faz a organização de um plano de "aménagement du territoire" que sendo prioritariamente humano, sem esquecer o lado econômico, apresente um diagnóstico da situação nacional no espaço e no tempo. Indique as áreas a desenvolver e os meios capazes de promover o crescimento harmonioso e ordenado, entre os vários setores, e regiões a fim de que o Brasil se realize como país. É necessário porém salientar que não consideramos o "aménagement du territoire" como uma panacéia capaz de solucionar os problemas do país mas como um método, como uma técnica a ser empregada na

solução dos nossos problemas, a fim de que o país expanda as suas fronteiras econômicas até onde os bandeirantes, entradistas, missionários e droguistas levaram no passado a nossa fronteira política. A fim de que o país conquiste o seu espaço territorial e se integre no tempo, vencendo a dura batalha contra o subdesenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — O Futuro dos Países Sub-desenvolvidos. Implicações Políticas do Desenvolvimento Econômico, pág. 33. Editora Fundo de Cultura SA, Recife, 1961.
- 2 — Perspectives de la Géographie Active en Pays Sous-Développés, em La Géographie Active, pág. 53. Presses Universitaires de France, Paris, 1964.
- 3 — CAMARGO, JOSÉ FRANCISCO DE — Níveis de Desenvolvimento de uma Economia e sua Abordagem Política. Considerações Sobre Alguns Elementos Relevantes para a Formulação de uma Política de Desenvolvimento Econômico, pág. 133. Tese de concurso. São Paulo, 1962.
- 4 — BRAND, W. — Desenvolvimento e Padrão de Vida. O Problema das Regiões Sub-desenvolvidas, pág. 31. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, s/d.
- 5 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 82/3.
- 6 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 82/3.
- 7 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 82/3.
- 8 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 82/87. Sobre a Índia é interessante ver Bettelheim, Charles — L'Inde Independente, Armand Colin, Paris, 1962.
- 9 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 90.
- 10 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 92.
- 11 — LACOSTE, YVES — Obra citada, pág. 94.
- 12 — Por que não Somos uma Grande Potência. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1965 e O Brasil entre as Cinco Maiores Potências no Fim deste Século. Leitura, Rio de Janeiro, 1965.
- 13 — É interessante ver o trabalho "Réflexions pour 1985", La Documentation Française. Paris, 1964 para se avaliar a importância deste tipo de estudo.
- 14 — Sobre a teoria do "aménagement du territoire" é interessante ler Guichard, Olivier — Aménager la France. Inventaire de l'avenir. Laffond Gouthier. Paris, 1965; Trintignac, André — Aménager l'Hexagone. Éditions du Centurion. Paris, 1964; Lamour, Philippe — L'Aménagement du Territoire.

Les Editions d l'Épargne. Paris, s/d; Massé, Pierre — L'Aménagement du Territoire, projection géographique de la Société de l'Avenir. Revue d'Economie Politique, SIREY (número especial) Paris, 1964.

- 15 — Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965 (síntese) Presidência da República. 1962.
- 16 — BRANDT, W. — Obra citada, págs. 40/1.
- 17 — PRADO JÚNIOR, CAIO — O Problema "Humano" no Brasil, em Rumo. Ano I, n.º 3. Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro, 1943.

PROBLEMAS DE LINGUAGEM E DE ESTILO

LEÔNIDAS CÂMARA

Antes de iniciarmos o estudo do entendimento do estilo e da delimitação do campo da estilística, trataremos de discutir alguns problemas de linguagem expressiva.

Modernamente, a tendência mais acentuada dos teóricos se desenvolve no sentido de relacionar o estilo como a marca individual de oposição do escritor à língua, em termos de choque do pessoal com o coletivo. A velha sentença de Buffon, de que o estilo é o homem, tem sido glosada de diversas formas, até com a ênfase de Max Jacob ao pregar que "un écrivain doit écrire avec son sang" ((Le cornet à Des-citação de Bruneau).

No entanto, temos seguramente em conta que antes que se efetive na linguagem a impressão do estilo, tal como se fôsse êle um elemento exterior da criação literária, um revestimento peculiar da forma elaborada e manifesta do pensamento, há de se haver o artista com a própria matéria do seu trabalho. A percepção mais vulgar e primária do fato, não destituída de certa dose de certeza, aponta a linguagem literária como superposta à comunicação, porque aquela utiliza num manejo hábil artifícios verbais dotados de originalidade e requinte. Não é sem razão que Cressot, em "Le style et ses techniques", assinala que a comunicação, quase sempre, tem por fim "le désir d'impressionner le destinataire".

A linguagem escrita, mesmo sem o cunho artístico intencional, requer uma elaboração mais refletida e lenta, detendo o influxo automático do falar. Escrever exige sempre uma disciplina mais severa do pensamento, uma imposição ou critério seletivo da franja ondulante, vaga e fluída do pensamento até que êle se detenha na teia emaranhada das idéias pelo esforço da reflexão. Escrever é sobretudo uma atividade mental e mecânica que